

# Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 4



Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania  
e Políticas Públicas 4

Atena Editora  
2019



2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 4 [recurso eletrônico] /  
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-080-3

DOI 10.22533/at.ed.803192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –  
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,  
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

### ÁREA TEMÁTICA CULTURA, LITERATURA, EDUCAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS - QUESTÕES MULTIDISCIPLIARES

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
FORMAÇÃO EM GESTÃO CULTURAL NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.8031925011	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A PERCEPÇÃO DE TRABALHADORES ITAJAIENSES SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CULTURA DO TRABALHADOR	
Ana Clara Ferreira Marques	
Maria Glória Dittrich	
DOI 10.22533/at.ed.8031925012	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
O EFEITO CRIATIVO: UM MODELO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL?	
Victor Moura Soares Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8031925013	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
THE UNBEARABLE UNCERTAINTY OF LIVING: ULRICH BECK'S COSMOPOLITAN ITINERARY FOR A WORLD AT RISK	
Bruno Paulo Castendo Rego	
DOI 10.22533/at.ed.8031925014	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
A UTILIZAÇÃO DO <i>GOOGLE CLASSROOM</i> NA MONITORIA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA	
Dimitri Andrey Scarinci	
Nilton Abranches Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8031925015	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
O EFEITO MIMÉTICO DA LITERATURA: DISCUSSÕES SOBRE A PERIFERIA NO ROMANCE "CAPÃO PECADO", DE FERRÉZ.	
Gisele dos Santos Nascimento	
João Victor Gonçalves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8031925016	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
LITERATURA EM REVISTA A CONTRIBUIÇÃO DA <i>MUITO</i> PARA A DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA	
Sílvia Mota Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.8031925017	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>89</b>
O QUE UM JACARÉ E UM AEROPORTO TÊM EM COMUM?	
Gabriela Lopes Vasconcellos de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8031925018	

**CAPÍTULO 9 ..... 97**

A TECTÔNICA DE PLACAS AO ALCANCE DAS MÃOS: PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Larissa Romana de Oliveira Araujo

Dimitri Andrey Scarinci

Marcelle dos Santos Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.8031925019**

**CAPÍTULO 10 ..... 107**

PESQUISA SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS DE JOVENS E ADULTOS

Marta Lima de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.80319250110**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

RUÍNAS, QUANDO O ERRO SE TORNA ALGO PRECIOSO: ANALISANDO TEXTOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DA EJA

Dany Thomaz Gonçalves

**DOI 10.22533/at.ed.80319250111**

**CAPÍTULO 12 ..... 130**

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA ALICE DO AMARAL PEIXOTO

Lucas do Couto Neves

Pablo Peixoto de Jesus Santos

Bruno de Oliveira Corrêa

Francisca Marli Rodrigues de Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.80319250112**

**CAPÍTULO 13 ..... 138**

ESTUDANTES OU PACIENTES? A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UMA PRÁTICA DE CONTROLE SOCIAL.

Letícia Nascimento Mello

Cristiane Moreira da Silva

Sylvio Pecoraro Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.80319250113**

**CAPÍTULO 14 ..... 148**

DIVINA PERFORMANCE: O MENINO IMPERADOR DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Viviane Paraguaçu Nunes

**DOI 10.22533/at.ed.80319250114**

**CAPÍTULO 15 ..... 160**

MEDIUNIDADE PRESENTE NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTO E DANÇA AFRO-BRASILEIRA

Tereza de Fatima Mascarin

**DOI 10.22533/at.ed.80319250115**

**CAPÍTULO 16 ..... 169**

O AERoclUBE DO BRASIL E O MUSEU AERoespacial: PERSONAGENS IMPORTANTES NA CONSOLIDAÇÃO DE UMA CULTURA DE AVIAÇÃO NO BRASIL

Rejane de Souza Fontes

Claudia Musa Fay

**DOI 10.22533/at.ed.80319250116**

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>185</b>
SOB AS LUZES PALIMPSESTAS: A RECRIAÇÃO DE O VENDEDOR DE PASSADOS PARA O CINEMA	
Josette Maria Alves de Souza Monzani	
Daniela Ramos de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>196</b>
AS PRIMEIRAS MULHERES “PIONEIRAS” SE FORMAM NA ESCOLA NAVAL BRASILEIRA: ADEUS MINHA ESCOLA QUERIDA!	
Hercules Guimarães Honorato	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>206</b>
BLITZ NOVEMBRO AZUL: A APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO HOMEM, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Gabriele Cavalcante Pereira	
Edilson dos Santos Souza	
Fernando Mendes de Araújo	
Geiriane Sampaio da Silva	
Evandro Raimundo Madeira Portela	
Danyel Pinheiro Castelo Branco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>211</b>
A CONJUNTURA DO <i>MUNDO</i> DOS DETENTOS E SUAS VULNERABILIDADES	
Marceli Diana Helfenstein Albeirice da Rocha	
Marlete Scremin	
Patrícia Alves de Mendonça Cavalcante	
Patricia Fernandes Albeirice da Rocha	
Rebeca Saiter Ribeiro	
Sergio Celestino Cavalcante Santos	
Tatianne Comin Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>221</b>
ECONOMIA DO CRIME: UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA DA TEORIA DE GARY BECKER COM FOCO NO CRIMINOSO RACIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Daniel Garcia Jaña Riker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>240</b>
LIMITES ÉTICOS E JURÍDICOS À EXPERIÊNCIA CIENTÍFICA COM SERES HUMANOS	
Camila Maria Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>256</b>
“4 MESES, 3 SEMANAS E 2 DIAS”, PARA SER A FAVOR DO DIREITO SUBJETIVO DE ESCOLHA	
Ana Luíza Canolla do Amaral	
Paulo Eduardo de Mattos Stipp	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80319250123</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>269</b>

## A CONJUNTURA DO *MUNDO* DOS DETENTOS E SUAS VULNERABILIDADES

### **Marceli Diana Helfenstein Albeirice da Rocha**

Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT)  
Araguaína - Tocantins

### **Marlete Scremin**

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC  
Joinville - SC

### **Patrícia Alves de Mendonça Cavalcante**

Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT)  
Araguaína – Tocantins

### **Patricia Fernandes Albeirice da Rocha**

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC  
Joinville – SC

### **Rebeca Saiter Ribeiro**

Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT)  
Araguaína – Tocantins

### **Sergio Celestino Cavalcante Santos**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA)  
Palmas - Tocantins

### **Tatianne Comin Cardoso**

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)  
Araguaína – Tocantins

sua vulnerabilidade social relacionada às Infecções Sexualmente Transmissíveis, Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (IST's/HIV/AIDS). **Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, transversal, de abordagem qualitativa, desenvolvido em uma unidade prisional, do estado do Tocantins, Brasil. Participaram da pesquisa todos os sujeitos que responderam aos critérios de inclusão, até atingirem a saturação da amostra. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semi-estruturada aberta e estudados através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). **Resultados:** Verificou-se que os sujeitos não se autoclassificam como sendo vulneráveis aos agravos. Constatou-se o baixo grau de conhecimento sobre as IST's, suas características, formas de contágio e métodos preventivos. **Conclusão:** Percebe-se a necessidade de maior amparo social e de assistência à saúde, além do empoderamento dos mesmos. Tendo em vista que a privação de liberdade aumenta a vulnerabilidade dos detentos, faz-se necessária a atenção não apenas nos agravos, mas no contexto social no qual os detentos estão inseridos, bem como nas respostas sociais que propiciam mudança de comportamento.

**RESUMO: Objetivo:** A partir da percepção dos detentos, objetivou-se determinar a

**PALAVRAS CHAVE:** Comportamento sexual; Percepção; Prisão; Vulnerabilidade Social.



**ABSTRACT: Objective:** From the prisoners perception, we aimed to determine their social vulnerability related to Sexually Transmitted Infections, Human Immunodeficiency Virus and Acquired Immunodeficiency Syndrome (STI/HIV/AIDS). **Methodology:** This is an exploratory-descriptive, cross-sectional study, in a qualitative approach. It was developed in a prison unit, in the state of Tocantins, Brazil. All subjects who answered the inclusion criteria participated in the research, until the saturation of the sample. Data were collected through a semi –structured and open interview and were studied through the content analysis proposed by Bardin (2011) . **Results:** it was realized that the subjects did not classify themselves as being vulnerable to the diseases. It was also realized the low degree of knowledge that the subjects have about STIs, their characteristics, forms of transmission and prevention methods. **Conclusion:** We can see the need for greater social protection and health care, and also their empowering. Having in mind that the deprivation of liberty increases the vulnerability of detainees, we can realize that it is necessary attention not only in diseases, but in the social context in which the detainees are inserted, as well in the social responses that promote a behavior change.

**KEYWORDS:** Sexual behavior; Perception; Prison; Social vulnerability.

## 1 | PALAVRAS INICIAIS

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) são consideradas sério problema de Saúde Pública, sendo um dos mais comuns em todo o mundo<sup>1</sup>. Apesar do caráter ameno que essa descrição possa representar, elas podem ter graves consequências, além de aumentar a vulnerabilidade dos sujeitos à infecção pelo HIV e o desenvolvimento da AIDS<sup>2</sup>. Atualmente, o HIV representa um fenômeno de proporções globais, sendo, também, dinâmico.

Processualmente, as práticas sanitaristas que obtiveram, em nosso País, sua hegemonia ao longo do século 20, fundamentaram-se na afirmação da objetividade, neutralidade e universalidade do saber científico. Basearam-se em pressupostos, os quais sustentaram o seguimento de comportamentos tecnicamente justificáveis como escolhas únicas para o alcance do bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de seus valores sócio-histórico-culturais<sup>3</sup>. Assim, acoplou-se à cultura sanitarista a hipótese de que comportamentos “não educados” dessa forma seriam insuficientes ou inadequados, constituindo o chamado “comportamento de risco”, representado como uma situação de dano potencial<sup>4</sup>.

Historicamente, no processo da descoberta da AIDS, utilizava-se o termo “fator de risco” para designar os grupos sociais onde primeiramente emergiram casos da síndrome. Mais tarde, os detentores de tais “alegorias” passaram a ser estigmatizados e destituídos de sua humanidade. Inseriu-se, então, a terminologia “grupo de risco”, que passou a ser também combatida por pressupor a ideia de “comportamento de risco”, identificável por características individuais próprias. Mesmo sendo mais avançada e

menos rotulada, essa terminologia também passou a apresentar limitações, pois suas designações desconsideravam a construção sociocultural do risco<sup>3</sup>.

Dessa forma, estabeleceu-se a necessidade de (re) construir uma terminologia que universalizasse um conceito de risco. Introduziu-se então, a expressão “vulnerabilidade”, a qual deixa de pretensiosamente exigir uma conceituação do termo, entendendo que não é essa a verdadeira necessidade. O termo passa a emergir amplamente no campo da saúde mundial com uma dimensão diferente, a de *avaliar a vulnerabilidade de indivíduos para determinado agravo*<sup>5</sup>. Passa, também, a ganhar espaço no Brasil, acrescentando transformações importantes e marcantes nos estudos atuais, com a parcial tradução e publicação do livro *Aids no mundo*. Rompem-se paradigmas de aspecto social relacionados às reações obtidas por parte da sociedade, gerando preconceito e discriminação às pessoas acometidas pela epidemia<sup>6</sup>.

Com essa nova abordagem e (re) significação da terminologia, o referencial da vulnerabilidade passa a ser menos relacionado à articulação entre riscos, causalidades, determinações e comportamento de risco, identificando a saúde como possibilidade de adoecimento para o campo da vida real, onde os sujeitos estão em constantes relações e ganhando sentidos singulares<sup>3,4</sup>.

## 1.1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

Para a abordagem deste estudo, será usado como representação social, o estudo da vulnerabilidade em IST's/HIV/AIDS em sujeitos privados de liberdade, considerado este como sendo um campo muito vasto de pesquisa. Além disso, o significado de vulnerabilidade no presente estudo relaciona-se com a possibilidade dos homens privados de liberdade estarem expostos ao adoecimento, levando-se em consideração aspectos que se refiram ao indivíduo numa perspectiva “dupla-face” com relação ao coletivo<sup>7</sup>. Propõe-se que a interpretação da vulnerabilidade aconteça com maior ou menor suscetibilidade à infecção ou ao adoecimento. Igualmente, leva-se em consideração a maior ou menor disponibilidade de recursos para a proteção dos sujeitos.

O sistema de reclusão gera um sentimento de opressão e de carência por um espaço onde seja possível produzir saúde e qualidade de vida. Entende-se que as cadeias, enquanto sistemas sociais fechados, são extremamente vulneráveis aos agravos de saúde e de comportamentos estereotipados. A realidade mencionada demonstra a necessidade de reflexão sobre o conhecimento e implantação de novas tecnologias assistenciais, levando-se em conta as inflexões presentes no cenário<sup>5,8,9</sup>.

As ações de promoção à saúde relativas às IST's/HIV/AIDS não podem prescindir de levar em consideração o comportamento sexual dos indivíduos. A compreensão que os sujeitos possuem sobre as práticas sexuais e seus conhecimentos sobre os agravos em debate, acrescentam evidências sobre os fatores de vulnerabilidade a que estão submetidos. Quando conhecidos esses aspectos, é possível traçar estratégias

para o enfrentamento do problema.

Autores frizam<sup>7</sup> que um dos entraves da ação preventiva é o fato de as políticas públicas, geralmente, não levarem em consideração a cultura sexual das populações. Tendo em vista este aspecto, torna-se relevante o estudo da vulnerabilidade “nos seus planos interdependentes de determinação”, a fim de que seja possível a compreensão do fenômeno em nível individual e coletivo.

O presente artigo traz a experiência profissional das autoras em se tratando da vulnerabilidade às IST's/HIV/AIDS de homens privados de liberdade, sendo este um campo muito vasto de pesquisa. Dentro desta temática, é imprescindível uma *aproximação* com o fenômeno estudado, além de ser relevante compreender os *conhecimentos* da população escolhida, bem como seus *comportamentos sexuais adotados*.

Dentro da temática da *vulnerabilidade*, os dados encontrados revelaram-se em categorias de análise. Os resultados aqui apresentados fazem referência aos aspectos da vulnerabilidade social no que tange à comunidade reclusa estudada<sup>10</sup>.

## 2 | CAMINHO METODOLÓGICO

Caracterizou-se como um estudo exploratório, descritivo, transversal, com abordagem qualitativa. Foi desenvolvida em uma Cadeia Pública com todos os homens privados de liberdade que recebiam visita íntima. O número de sujeitos pesquisados totalizou em doze. Designou-se, como critério de inclusão, os apenados que estivessem reclusos por pelo menos seis meses, recebessem visita íntima, consentissem participar da pesquisa e apresentassem disponibilidade de fornecer as informações.

Para a coleta de dados, desenvolveu-se uma entrevista semi-estruturada aberta<sup>11</sup>, entendida como uma conversa a dois, partindo de iniciativas do entrevistador, com o objetivo de fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa. A entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma “situação de interação” na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador. Nesse mesmo pensamento<sup>12</sup>, as autoras explicitam que a entrevista é o momento em que “as questões são feitas oralmente, tanto no formato face a face quanto por telefone”, permitindo o diálogo, a comunicação.

Os dados foram coletados por uma das pesquisadoras em uma sala designada pela instituição, a qual garantiu privacidade e segurança. A partir do momento em que o sujeito consentia participar da pesquisa e autorizava a gravação, o trabalho seguia ininterrupto até a conclusão.

Os dados obtidos foram tratados e analisados seguindo a metodologia da análise de conteúdo<sup>13</sup>, a qual se refere a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Dessa forma, verifica-se que a intenção da análise de conteúdo é a

“inferência de conhecimentos relativos às condições de produção”.

Foi atendido o pressuposto de saturação da amostra, no momento em que houve a percepção do delineamento do quadro empírico da pesquisa. O número de sujeitos foi considerado suficiente, levando-se em conta a reincidência das respostas, sem entretanto desprezar as informações ímpares, de acordo com o pensamento da autora supracitada. O momento de saturação dos dados foi obtido com o número total de sujeitos que recebiam visita íntima.

Operacionalmente, os dados obtidos foram ordenados, e os questionários e as entrevistas foram transcritos *ipsis literis* de aparelho gravador digital. O material obtido recebeu codificação. A seguir, fez-se a releitura do material transcrito, organizando-se os relatos em determinada ordem, supondo um início de classificação<sup>11</sup>. Esse pensamento é complementado<sup>13</sup> (p. 133-144) com a explicação de que “tratar o material é codificá-lo”. Assim, entende-se que essa “codificação” é análoga a uma “transformação dos dados brutos do texto (...) que permite atingir uma representação do conteúdo”. Após essa fase, buscou-se encontrar as “unidades de registro e de contexto”, similares a um recorte semântico, dispostas por meio de frases para categorização, a partir dos “núcleos de sentido” encontrados pela pesquisadora. A análise de conteúdo tem sido utilizada como uma forma de diagnóstico, a partir das “inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor”.

O próximo passo realizado foi a categorização, que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento”. Optou-se pela categorização semântica dos conteúdos. Às categorias formadas, somaram-se conjuntos de subcategorias complementares e que serviram de base à análise e inferência da pesquisadora<sup>13</sup> (p. 147).

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a fim de atender à Resolução 196, de 10 de Outubro de 1996<sup>14</sup>, que dispõe acerca das Diretrizes para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. A pesquisa recebeu o parecer consubstanciado de aprovação do CEP/UFT (074/2011) em 21/11/2011. Foram, da mesma maneira, respeitados os preceitos da Portaria Ministerial nº 1777, de 9 de setembro de 2003, que se refere às diretrizes para a política do Sistema Penal no País, incluindo suas competências nas três esferas de governo<sup>15</sup>.

As identidades dos sujeitos foram preservadas através de pseudônimos. No caso, a fim de fomentar uma aproximação inicial, foi proposto que o sujeito escolhesse um automóvel de sua preferência. Esse fato, inusitado para eles, gerou descontração e permitiu que a conversa fluísse de forma amigável, respeitosa e verdadeira.

### 3 | ANALISANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS

Para a análise e apresentação dos dados, levou-se em conta o instrumento de coleta de dados (entrevista), observando-se criteriosamente todas as informações



fornecidas.

Ressalta-se que para a garantia do anonimato dos sujeitos, os mesmos receberam pseudônimos. O tema fornecido foi: automóveis, sendo que os sujeitos escolheram ser: *Gol*, *Caminhonete*, *L 250*, *S 10*, *Golf*, *Civic*, *Golf Preto*, *Fusca Vermelho*, *Hilux*, *Hilux Preta*, *Hilux Vermelha*, *S 10 Preta*.

## Identificando A Vulnerabilidade Social dos Detentos

Torna-se necessário considerar o sistema opressivo das prisões quando se avalia a vulnerabilidade de sujeitos em relação a qualquer aspecto. Da mesma maneira, esse estudo buscou subsídios para possibilitar a reflexão acerca das vulnerabilidades a que os presos estão sujeitos no tocante às IST's/HIV/AIDS, considerando a situação de privação de liberdade a que são submetidos. Esta reflexão possibilita a busca da “construção do sujeito sexual na prisão”<sup>16</sup> (p. 6).

A vulnerabilidade<sup>2</sup>, do ponto de vista sanitário, é o resultado de fatores que sofrem a influência de um grupo social. Assim, ocorre o prejuízo do exercício da individualidade e controle de saúde em decorrência da inexistência de serviços de assistência, de apoio social e de saúde. Soma-se a esses fatores a necessidade de uma postura autônoma dos sujeitos para o enfrentamento das vulnerabilidades existentes e sua minimização no aspecto coletivo.

O componente social da vulnerabilidade envolve uma série de fatores, dentre os quais o acesso às informações, as possibilidades de compreensão das orientações recebidas e, conseqüentemente, a incorporação desses novos aspectos apresentados na prática cotidiana da vida do sujeito<sup>7</sup>.

Nesta pesquisa, percebeu-se que a vulnerabilidade, em seu componente social, ganha proporções grandiosas tendo em vista os fatores institucionais relatados na avaliação da vulnerabilidade programática. Ressalta-se, ainda, que a comunidade estudada não possui acesso a recursos materiais que possibilitem seu *empoderamento* e a decisão de aderir a novas práticas preventivas de saúde. Além da privação de liberdade, outros direitos inerentes a qualquer cidadão também estão sendo negligenciados. É necessária e urgente a introdução de projetos educativos para essa comunidade no que tange aos aspectos preventivos das IST's/HIV/AIDS.

Salienta-se que para a avaliação da vulnerabilidade dos sujeitos desta pesquisa, as três esferas de vulnerabilidade (individual, social e programática) estão fortemente interligadas, sendo que a avaliação de uma reflete na avaliação da outra.

O baixo nível educacional e socioeconômico influenciam grandemente as respostas não reflexivas por parte dos detentos. Quando questionados acerca de suas vulnerabilidades, revelaram não haver possibilidade de adquirirem alguma doença sexualmente transmissível dentro da cadeia. Esse posicionamento foi evidenciado nas seguintes falas:

*Acho que não. Porque a gente não tem muito, só tem uma parceira. (S 10)*

*Não. Aqui dentro não pega não. (Hilux Preta)*

*Aqui dentro? Não, aqui dentro não. É porque eu, aqui, eu só fico com a minha mulher e eu confio nela. (Caminhonete)*

Nesse sistema opressivo das cadeias, a relação de *confiança* com a parceira sexual adquire maior amplitude. Essa situação é verificada na fala de *Caminhonete*, acima, e fica implícita na fala de *Hilux*, abaixo, quando o detento afirma que haveria chance de contraírem alguma IST dentro da cadeia apenas se mantivessem relação sexual com “alguém de lá de fora”. Nesse contexto, não está incluída a esposa (parceira fixa), pois esta já faz parte do “mundo do detento”:

*É que nem eu disse, se alguém vim lá de fora e a gente não se prevenir, né? Corre o risco. (Hilux)*

Em seguida, os detentos foram interpelados acerca de se julgarem pessoas vulneráveis a adquirir uma doença sexualmente transmissível. Nesse aspecto, eles demonstram, mais uma vez, não terem clareza sobre suas vulnerabilidades. Os presos julgam que a situação de privação de liberdade faz com que o *risco* de se contaminarem diminua (ou inexista) já que eles mantêm relações sexuais apenas com a *parceira fixa*. Os comportamentos *de risco* mantidos antes da privação de liberdade não são levados em consideração. Tampouco questionam o comportamento sexual de suas esposas. As falas abaixo ilustram o enunciado:

*Acho que não. Porque aqui a gente não vai, é só uma companheira. A gente se cuida. (S 10)*

*Olha, amiguinha, eu acho que eu não corro esse risco porque eu não vou pegar outra mulher a não ser a minha. (L 250)*

*Acho que não. Porque eu já fiz exame e nunca deu nada. Não sinto nada, não acho nada diferente. (Hilux Preta)*

Um dos detentos demonstrou uma compreensão um pouco mais avançada a respeito da vulnerabilidade, fazendo ligação desta com seu comportamento sexual:

*Então, eu acho que sim. Por não prevenir. Tanto de pegar doença quanto de engravidar, né? (Hilux Vermelha)*

Outro detento percebe o risco, mas de forma não reflexiva:

*Rapaz, é meio arriscado né? (Civic)*

Percebe-se que esses presos, em sua maioria, não têm a percepção do risco pela contaminação dos agravos. Reconhecem, no entanto, suas vulnerabilidades no mundo *fora das grades*. De qualquer maneira, em ambas as situações, ainda não se conscientizaram sobre a necessidade do uso do preservativo em todas as suas práticas sexuais:

*É, não adianta falar que não, que eu não sei, né? A gente tá aí fora, eu já vivi no mundo, já fui um cara que usei droga. É fácil, não vou dizer que eu sou desleixado, mas agora que eu tou controlado, que eu to preso, não uso mais droga, parei totalmente. Aí fora, se voltar pro mundo das drogas, nesse mundão, aí fica difícil.*  
(Hilux Vermelha)

A Enfermagem tem muito a contribuir para a minimização do processo de exclusão social, em especial, neste estudo, no aspecto da privação de liberdade. A partir de ações estratégicas planejadas e articuladas com a rede interdisciplinar torna-se possível romper os limites das instituições “formais de saúde” e incluir os sistemas de cadeias/prisões. O profissional de saúde que trabalha com comunidades socialmente excluídas precisa considerar que os sujeitos não são meros receptores de informações e orientações, mas são sujeitos capazes de participar da uma transformação e (re)significação de suas necessidades e escolhas próprias. Com base no conhecimento do comportamento dos sujeitos privados de liberdade, o profissional pode elencar uma série de possibilidades para que os mesmos tenham a autonomia de decidir qual (ou quais) adotar, com base no pensamento crítico e reflexivo fomentado pelo processo educativo em saúde<sup>16</sup>.

Salienta-se que a busca de formas diversas para o enfrentamento da vulnerabilidade relacionada às IST's/HIV/AIDS faz-se indispensável e urgente. Além disso, estas devem atender às demandas dos sujeitos privados de liberdade em suas necessidades físicas, psicológicas e culturais, considerando o envolvimento das parceiras como sendo parte fundamental do processo. É preciso que gestores e formuladores de políticas públicas sejam sensibilizados da importância do tema, propiciando a discussão sobre o enfrentamento dos agravos. Nesse mesmo sentido, é imprescindível que as equipes de saúde que prestam o atendimento compreendam a importância das medidas preventivas às IST's/HIV/AIDS e que levem em consideração a necessidade da produção de material audiovisual e ilustrativo, a fim de abarcar a população com baixo (ou nenhum) nível de escolaridade.

A atualização dos profissionais no que tange aos aspectos de mudanças comportamentais e contexto social permite a maximização do potencial de ação para transformar a realidade da assistência à saúde das comunidades e suas condições de vida. Todos esses aspectos constituem um grande desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS), já que os programas de prevenção devem ser aprimorados para atuar com eficiência, aperfeiçoando ações a fim de minimizar as vulnerabilidades das populações carcerárias<sup>2</sup>.

#### 4 | REFLEXÕES FINAIS

Em se tratando da vulnerabilidade social, o presente estudo permitiu uma reflexão acerca das *vulnerabilidades* dos sujeitos pesquisados. Torna-se necessária a existência de aconselhamentos que possam frisar frequentemente a prática de sexo

seguro para diminuição da vulnerabilidade dos sujeitos às IST's/HIV/AIDS. Percebe-se a necessidade de atenção não apenas nos agravos, mas no contexto social no qual os detentos estão inseridos e nas respostas sociais que propiciam mudança de comportamento para redução de risco.

Emergiram da pesquisa importantes aspectos relacionados aos conhecimentos de homens reclusos. Essas constatações, aliadas às informações de outros estudos, contribuem de forma positiva para o monitoramento de estratégias de prevenção dos agravos mencionados.

Através deste trabalho pôde-se perceber a necessidade de pesquisas mais amplas sobre o comportamento humano, sobretudo no que tange aos aspectos da sexualidade. Este estudo fornece um *insigth* importante no contexto da vulnerabilidade em se tratando de uma comunidade reclusa.

Os subsídios aqui produzidos poderão ser aproveitados não só no planejamento da assistência, mas também, e principalmente, na formulação de novas políticas públicas de saúde voltadas para a área da saúde prisional.

## REFERÊNCIAS

<sup>1</sup>Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos Sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Brasília, DF, 2006b. 28 p.

<sup>2</sup>Soares, Filho Marden Marques; Bueno, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2016; 21(7): 1999-2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000701999&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000701999&lng=pt).

<sup>3</sup>Leal, Maria do Carmo; Ayres, Barbara Vasques da Silva; Esteves-Pereira, Ana Paula; Sánchez, Alexandra Roma; Larouzé, Bernard. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2016; 21(7): 2061-2070. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702061&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702061&lng=pt).

<sup>4</sup>Batista e Silva, Martinho Braga. Emergência de uma política, extinção de uma coordenação: sobre a gestão da saúde penitenciária no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2016; 21(7): 2021-2030. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702021&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702021&lng=pt).

<sup>5</sup>Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita; Paiva, Vera; Buchalla, Cassia Maria. Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução. In: Paiva, Vera; Ayres José Ricardo de Carvalho Mesquita; Buchalla, Cassia Maria, organizadores. *Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde. Livro I: da doença à cidadania*. Curitiba: Editora Juruá; 2012. p. 9-22.

<sup>6</sup>Mann, Jonathan; Tarantola, Daniel J.M.; Netter, Thomas W. (orgs). *A AIDS no mundo: história social da AIDS*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: ABIA:IMS, UERJ, 1993. 321 p.

<sup>7</sup>Diuana, Vilma; Ventura, Miriam; Simas, Luciana; Larouzé, Bernard; Correa Marilena. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2016; 21(7): 2041-2050. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702041&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702041&lng=pt).



<sup>8</sup>Goffman, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2005. 312 p.

<sup>9</sup>Minayo, Maria Cecília de Souza; Ribeiro, Adalgisa Peixoto. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2016; 21 (7): 2031-2040. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702031&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702031&lng=pt).

<sup>10</sup>Rocha, Marcella Diana Helfenstein Albeirice da. Comportamento sexual e vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis/HIV/AIDS: um estudo com homens privados de liberdade. 2013. 122 p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública] – Universidad Americana, Asunción, 2013.

<sup>11</sup>Minayo, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

<sup>12</sup>Polit, Denise F.; Beck, Cheryl Tatano; Hungler, Bernardette P.. Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 669 p.

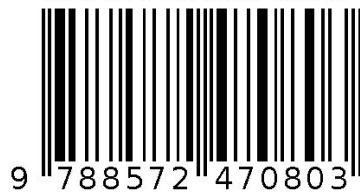
<sup>13</sup>Bardin, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: edições 70. 2011. 279p.

<sup>14</sup>Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Normas de pesquisa envolvendo seres humanos. Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, versão 2012. Brasília, DF, 2012. 16 p.

<sup>15</sup>Brasil. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. 2ª ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 115 p.

<sup>16</sup>Marcis, Frédéric Le. A impossível governança da saúde em prisão? Reflexões a partir da MACA (Costa do Marfim). Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2016; 21(7): 2011-2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702011&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702011&lng=pt).

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-080-3



9 788572 470803